

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

OS QUILOMBOS NA DIÁSPORA E O PAPEL DA ARQUEOLOGIA: LUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS, UMA ESCRITA NA PRIMEIRA PESSOA

Rosinalda Olasení Corrêa da Silva Simoni*

RESUMO

A existência dos remanescentes de quilombo é atravessada por questões de raça e racismo, vulnerabilidades sociais, culturais e históricas. Com isso, trago minha história pessoal enquanto quilombola, na qual perceberão muito dos discursos registrados durante minhas pesquisas de campo em quilombos pela América. Considero que o papel social de qualquer ciência e organização deveria ser a promoção de reflexões que proporcionem mudanças sociais, políticas econômicas e comportamentais, e não é diferente com a arqueologia. Estamos longe de uma arqueologia afrocentrada, porém muito mais perto do que antes. Acredito que a arqueologia pública traz nas suas premissas esse “recado”, também chamada por Engmann e Irislane Moraes de *autoarqueologia*; conceito que, quando aplicado, auxilia na compreensão dos processos de pesquisas arqueológica e sobretudo no reconhecimento e exercício do papel social da arqueologia. Assim, nesse artigo apresento reflexões construídas a partir de minhas existências enquanto preta quilombola e pesquisadora arqueóloga, fazendo-me valer dessa perspectiva, perpassada pelas lutas e estratégias que vivencio na academia e fora dela. Tendo como base epistemológicas pesquisadores ocupados em compreender o papel social das ciências humanas, dentre elas, a arqueologia, a exemplo de Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos e tantos outros.

Palavras-chave: quilombo; autoarqueologia; diáspora.

* Quilombola, doutora em Ciências da Religião, mestre em Arqueologia e graduada em história. Atualmente é professora (convidada na Universidade Federal do Tocantins (UFT), pesquisadora bolsista CAPES/ Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Pós-Doutorado Estratégico na Pontifícia Universidade Católica Goiás (PUC Goiás), e doutoranda em História na Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (PPGH-Unesp). É diretora fundadora da Tekoha Pesquisas, co-fundadora da RELFET, Rede Latino-Americana e Caribenha de Pesquisadores sobre Feminismos de Terreiros, militante dos movimentos de mulheres negras, de quilombolas e de religiões de matriz africana, integrante da NEGRARQUEO, ABPN e outros grupos de pesquisas. Parte das reflexões abordadas nesse artigo foram desenvolvidas no âmbito da Fundação Aroeira e da Tekohá Pesquisas Patrimoniais. E-mail: rosinegra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5373-613X>.

QUILOMBOS IN THE DIASPORA AND THE ROLE OF ARCHEOLOGY: HISTORICAL STRUGGLES AND CHALLENGES, WRITTEN IN THE FIRST PERSON

ABSTRACT

The existence of the quilombo remnants is crossed by issues of race and racism, social, cultural, and historical vulnerabilities. Thus, I bring my personal history as a quilombola, in which you will perceive much of the discourses recorded during my field research in quilombos throughout America. I believe that the social role of any science and organization should be to promote reflections that provide social, political, economic, and behavioral changes, and it is no different with archaeology. We are far from an Afro-centric archaeology, but much closer than before. I believe that public archaeology brings in its premises this “message,” also called *self-archaeology* by Engmann and Irislane Moraes; a concept that, when applied, assists in understanding the processes of archaeological research and especially in recognizing and exercising the social role of archaeology. Thus, in this article I show reflections built from my existence as a quilombola black woman and as an archaeologist researcher, making use of this perspective, crossed by the struggles and strategies I experience in academia and outside it. Based on epistemological researchers concerned with understanding the social role of the human sciences, among them archaeology, such as Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos, and many others.

Keywords: quilombo; self-archaeology; diaspora.

LOS QUILOMBOS EN LA DIÁSPORA Y EL PAPEL DE LA ARQUEOLOGÍA: LUCHAS Y DESAFÍOS HISTÓRICOS, UN ESCRITO EN PRIMERA PERSONA

RESUMEN

La existencia de remanentes de quilombolo está atravesada por cuestiones de raza y racismo, vulnerabilidades sociales, culturales e históricas. Con esta base, relato mi historia personal como quilombola, en que se presentan gran parte de los discursos registrados durante mi estudio de campo en quilombo por América. Considero que el papel social de toda ciencia u organización es promover reflexiones que apunten a proporcionar cambios sociales, políticos, económicos y de comportamiento, y no es distinto con la arqueología. Aunque lejos de una arqueología afrocentrada, todavía estamos mucho más cerca que antes. Creo que la arqueología pública tiene entre sus premisas este “mensaje”, también llamado *autoarqueología* por Engmann e Irislane Moraes; concepto que al ser aplicado permite comprender los procesos de investigación arqueológica y, sobre todo, reconocer y ejercer el papel social de la arqueología. Por ello, en este artículo presento reflexiones planteadas a partir de mis existencias como quilombola negra e investigadora arqueóloga, y uso esta perspectiva de luchas y estrategias que experimento en la academia y fuera de ella. Utilizo investigadores epistemológicos que se preocupan por comprender el papel social de las ciencias humanas, incluida la arqueología, como Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos y muchos otros.

Palabras clave: quilombo; autoarqueología; diáspora.

INTRODUÇÃO

Eu sou a dra. Rosinalda Olaséni Corrêa da Silva Simoni, quilombola do quilombo Água Limpa, em Goiás, aproximadamente 60 km da antiga capital e, como tal, sou fruto da resistência quilombista¹ dentro das universidades de meu estado e país. A palavra quilombista, nesse contexto, faz alusão à busca por exercer o direito de ser dentro das universidades como exercício de liberdade e busca por reparação que a palavra representa.

Sou Omó Ifá, filha da família Oduduwa, com templo em Mongaguá/SP, e Omó Sangó, filha do Egbé Omoduwa Opó Odé Arolé Osungbemí, na cidade de Goiás. Também sou feminista, ativista de direitos humanos e de mulheres negras; graduada em História, especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, mestra em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia, doutora em Ciências da Religião e em História. Atualmente, curso meu segundo doutorado em História, pela Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), e sou professora da Universidade Federal de Tocantins (UFT, Arraias) no curso de Patrimônio e Turismo, onde atuo com a disciplina de Patrimônio Afro-Brasileiro, História, Memória e Culturas Quilombola. Sou diretora fundadora da Tekohá Pesquisas Patrimoniais, que atua na arqueologia e história, com atenção às comunidades tradicionais quilombolas. Sou uma das idealizadoras da Rede Latino-Americana e Caribenha de Pesquisas sobre Feminismos de Terreiros (RELNET), coordenadora do grupo de trabalho África, Africanidades e Ensino de História da Associação Nacional de História (ANPUH, regional Goiás). Integro o grupo de arqueologia NEGRAARQUEO desde 2019, e o grupo SAB Cultura Material da África e suas Diásporas. Também atuo como pesquisadora ligada na Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e estou na diretoria da minha comunidade quilombola, na Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, Centro-Oeste), entre outros grupos.

Achei necessário fazer essa apresentação mais detalhada porque acredito que as reflexões que trago para essa escrita contêm, nas suas premissas e concepções, a visão de alguém que é atravessada pelas lutas que envolvem a formação dos quilombos na diáspora africana em terras goianas. Assim, inicio esse artigo refletindo sobre a experiência transcrita a seguir.

Durante o mês de agosto de 2021, participei, a convite da Sociedade Mundial de Arqueólogos Negros [Society of Black Archaeologists], de uma mesa redonda, Black Lives Master and Archaeology, dentro de um intercongresso promovido na Universidade do Estado da Pensilvânia. Por ocasião, levei para a mesa, com base nas perguntas norteadoras enviadas pelos organizadores, um pouco de minhas pesquisas arqueológicas no âmbito dos projetos que já desenvolvi, sempre oriundos de contratos de grandes empresas, as quais, em nome do “progresso”, atravessavam e atravessam o “coração” das comunidades tradicionais, como as quilombolas. Assim, o artigo que apresento aqui também traz parte dessa experiência enriquecedora que foi dividir mesa com grandes personalidades que se dedicam à pesquisa de áfricas e africanidades, como o conferencista Michael L. Blakey, antropólogo biólogo e diretor de pesquisa da Universidade William e Mary, em Williamsburg, Estados Unidos. Cito ele em agradecimento a todos os outros que compuseram aquela mesa, muito rica em todos os aspectos.

¹ O quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado nacional quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país. O quilombismo antecipa conceitos atuais, como multiculturalismo, cujo conteúdo está previsto nos princípios de “igualitarismo democrático [...] compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade”; “igual tratamento de respeito e garantias de culto” para todas as religiões; ensino da história da África, das culturas, civilizações e artes africanas nas escolas (Nascimento, 2002a).

OS PROCESSOS DE AQUILOMBAMENTOS E O EU PESQUISADORA/QUILOMBOLA

A existência dos remanescentes de quilombo é atravessada por questões de raça e racismo, e por vulnerabilidade social. Com isso, posso trazer minha história pessoal, na qual perceberão muito dos discursos registrados durante minhas pesquisas de campo em quilombos pela América.

Enquanto oriunda de uma comunidade quilombola, sai da zona rural para me tornar empregada doméstica, aos nove anos. Assim, desde cedo, soube o peso de ser mulher negra e pobre. Poderia ter optado por escrever sobre as questões que envolvem o trabalho doméstico infantil no Brasil ou em Goiás, e o quanto ele ainda reproduz boa parte do sistema colonialista no que tange à desumanização de crianças negras, que por vezes são transformadas em “escravizadas” modernas. Mas, neste ensaio, optei por refletir sobre racismo e os desafios para a compreensão de uma arqueologia enquanto ciência, instrumento nas lutas de combate a todas as formas de desigualdade.

Assim, posso dizer que essa consciência histórica veio ao adentrar a universidade, precisamente o curso de História, no qual conheci um grupo que atuava como arte educadores no Espaço Cultural Vila Esperança, os quais tinham como fonte de inspiração as culturas indígenas e africana. Me aquilombei a eles e ainda me tornei ativistas do Centro Acadêmico de História, no grupo de pesquisadores negros e no Movimento Negro Unificado (MNU), levando as pautas do racismo às instâncias da universidade. Universidade que, por meio de alguns professores, deixou claro, com ações e palavras, que aquele não era um espaço para uma mulher negra, trabalhadora, doméstica e mãe solteira.

Meu trabalho inicialmente esteve pautado na minha existência e no sustento de minha casa e filha. Por acreditar na coletividade, sempre busquei estar em movimento, atuando como palestrante sobre direitos humanos, ética e cidadania, mas sempre com recorte de gênero, raça e classe. Minha dissertação teve como tema o terreiro de umbanda como espaço de autoafirmação. A pesquisa nasceu de minhas memórias familiares e estendi a um terreiro de umbanda que comecei a frequentar a priori como pesquisadora e protestante, depois como adepta e médium, o terreiro Casa Grande, que é minha casa desde 2001.

Durante minha pós-graduação, apaixonei-me pela história cultural e pela antropologia, desenvolvi um projeto de arte educação tendo como método a educação patrimonial com crianças de uma escola primária de periferia, a Asas da Liberdade, Escola Quilombinho (mais uma vez me aquilombei, agora em um quilombo urbano), entre 2005 e 2006. Durante esse projeto, tendo como base as leis nº 9.394/1996² e 10.639/2003,³ apresentei às crianças o patrimônio edificado de nossa cidade (Goiás é Patrimônio da Humanidade desde 2001), famoso por sua arquitetura colonial, entre outras formas de ser saberes e festejos. E os levei a visitar e conhecer a história dos grupos marginalizados (negros e indígenas) através de visitas monitoradas a museus e memoriais, e contando histórias.

² Segundo o texto da lei (Brasil, 1996): “O presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“TÍTULO I – DA EDUCAÇÃO

“Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

“§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

“§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

³ Segundo o texto da lei (Brasil, 2003): “O presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.”

Fiz uma pesquisa documental e historiográfica. Através dela construí planos de aula lúdicos, compostos por teorias (contando mitos afro e indígenas) e prática com oficinas de pintura, tear, dança teatro. Ao final de minha pós-graduação escrevi um artigo sobre a formação de professores nas universidades estaduais, a falta da implementação da Lei nº 10.639/2003 nos cursos de licenciatura e os reflexos disso nas salas de aula. Meu texto foi bastante criticado, abordei questões sobre racismo estrutural, entre outros apontamentos que, para alguns, não cabiam no meu trabalho.

Durante meu mestrado, já residindo em Goiânia e atuando como professora de ensino fundamental de um projeto educacional pela Secretaria Estadual de Educação, fui aceita no programa *stricto sensu* de pós-graduação em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia. O programa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) era profissionalizante, ligado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), e tinha duas áreas de concentração: Antropologia e Arqueologia. Fui aceita com bolsa parcial, e convidada a compor a equipe de pesquisadores da Fundação Aroeira (fundação de pesquisa ligada à PUC-Goiás), na qual atuei como responsável pelos programas de Educação Patrimonial e Levantamento Histórico-Cultural em projetos de arqueologia de contrato (de 2007 a 2017). Durante as disciplinas me apaixonei pela arqueologia, mas nunca me vi apenas como arqueóloga. Sinto-me atravessada pela filosofia, pela história, pela arqueologia e pela antropologia. Bebo dessas fontes e, em minhas escrituras (cito Conceição Evaristo)⁴ é possível perceber o mundo a qual pertencemos e as epistemologias que ele traz. Durante o mestrado atuei também como arqueóloga de campo. Assim, ao terminar as disciplinas, as pesquisas de campo se tornaram trabalho, fonte de renda. Me dediquei, por um tempo, apenas a arqueologia de campo e, durante esse período, me deparei com diversas situações de racismo, entre colegas de trabalho e com professores.

O mundo da arqueologia brasileira é bastante elitista, branco e masculino. Então, ter uma arqueóloga negra, com sobrepeso e de santo (sempre andei com minhas insígnias) despertava, por vezes, algumas posturas pouco agradáveis.

Não acredito em pesquisas sem militância, sem devolutiva, isso porque sou de um grupo que foi e é marginalizado pela história oficial. Então, em minha atuação profissional, sempre me coloquei no papel de interlocutora. Falando dos programas que desenvolvi no âmbito da arqueologia de contrato cito um dos primeiros de educação patrimonial, no qual introduzi a arte educação como instrumento para aplicabilidade de uma educação patrimonial participativa em que, ao findar de cada ação, uma rede de autoconhecimento e de busca por conhecimento fosse implementada, fiz isso por acreditar que a educação é um processo contínuo e que os principais guardiões do patrimônio cultural são as comunidades a quem eles pertencem. Assim, levei aos congressos de arqueologia e de história a necessidade de trabalhar teoria e prática no intuito de despertar o sentimento de pertença nas pessoas impactadas pelos projetos. Porém, meu maior desafio sempre foi, e é, mediar as conversas entre as comunidades tradicionais envolvidas com os projetos e seus empreendedores. Preocupo-me em ouvi-las, e, quando possível, instruí-las sobre seus direitos. Assim, estou sempre na encruzilhada (parafrazeando uma feminista negra que amo, a dra. Núbia Moreira, do Observatório de Mulheres Negras) de quatro pontas (local de cruzamento de ruas): em uma ponta tenho minha origem quilombola, na outra o projeto e o empreendedor o qual represento no projeto em questão, em outra as comunidades e, por fim, as epistemologias que me compõem. Busco atuar pensando maneiras de mitigar e compensar os impactos do suposto empreendimento (nem sempre consigo, porém não paro de tentar). Mas, sobretudo, articulo

⁴ Conceição Evaristo cunhou um termo para sua literatura, comprometida com a condição de mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito: *escritura*. O termo aponta para uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta. Seus textos trazem a experiência de opressão e marginalidade, com forte valorização da memória ancestral. A autora publicou seus primeiros textos literários na série *Cadernos Negros*, e seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, foi publicado, pela primeira vez, em 2003.

formas de criar espaços de vocalização a essas comunidades que são parte de mim. Minha militância e compromisso com os que vieram antes de mim são maiores que eu e, nesses dezesseis anos de arqueologia, já estive em dezenas de comunidades quilombolas e algumas indígenas, sempre como pesquisadora. E aprendi mais do que ensinei. Concluí meu doutorado em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da PUC Goiás, onde fui bolsista. Durante o doutorado, atuei em um projeto de combate à intolerância religiosa nas escolas e auxiliiei na escrita de livros sobre o tema do racismo na educação. Na minha pesquisa de doutorado, mais uma vez bebi de metodologias da arqueologia, da história e da antropologia. Fiz uma pesquisa etnográfica da congada da Vila João Vaz, em Goiânia, um grupo tradicional afrodescendente devoto dos santos pretos, como são Benedito e Nossa Senhora do Rosário, cujo título foi *A congada da Vila João Vaz, em Goiânia: memória e tradição*. Coordenei, durante os anos de 2014 e 2017, o Programa de Educação Patrimonial e Levantamento Histórico-Cultural no âmbito do projeto em volta da construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO. Com esse projeto tive a oportunidade de mapear aproximadamente 88 comunidades quilombolas. Foi um trabalho muito complexo pelos impactos do empreendimento, porém muito gratificante pelo aprendizado que me proporcionou. Atuo sempre no intuito de dar visibilidade às micro-histórias que envolvem os diversos grupos étnicos africanos trazidos ao Brasil durante o período escravocrata. O principal empecilho é a documentação esparsa, porém tenho desenvolvido estratégias para “escavar” essas histórias e seus protagonistas. Minhas escritas partem não apenas de minhas pesquisas de campo e bibliográficas, mas também das minhas experiências, da minha trajetória enquanto mulher negra, intelectual, quilombola e adepta de religião de matriz africana. Ser intelectual negro no Brasil é difícil, porque agrega duas categorias que incomodam as estruturas: ser intelectual e ser negro (cito Milton Santos).⁵ Eu agrego a essa citação o elemento/conceito de gênero, outro desafio a ser enfrentado em uma sociedade machista.

Porém, o que significa uma fala “tão pessoal” dentro de um artigo que deve discutir os quilombos na diáspora e o papel da arqueologia? Onde minhas experiências se encontram com a história dos quilombos e as pesquisas arqueológicas? Em termos históricos, falarei disso nas próximas linhas.

Ora, vamos aos fatos.

OS QUILOMBOS NA DIÁSPORA: LUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS

O processo de quilombamento existiu onde houve escravização dos africanos, ou seja, em todas as Américas, mas ele aparece com nomes diferentes de acordo com a região de onde viveram os escravizados: cimarrões, na maior parte dos países de colonização espanhola; palenques, em Cuba e Colômbia; cumbes na Venezuela e marroons na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos. Nesse sentido, podemos entender o quilombo como uma estratégia de reação contra a escravidão. Inúmeros quilombos foram constituídos no século XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista. Seus habitantes eram chamados quilombolas e é desse termo que se originou o termo remanescente de quilombo (Munanga, 2001b). A repressão às comunidades aconteceu durante todo o período colonial e imperial no Brasil. Os quilombos foram violentamente oprimidos por representarem uma ruptura da ordem jurídica, econômica e social vigente nos períodos em questão. Com a instituição da Lei de Terras, em 1850, os conflitos e a situação de exclusão das comunidades quilombolas se fizeram mais presentes. Essa lei proibia a aquisição de terras, exceto pela via de compra. Em seu artigo primeiro determinava: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o de compra”. Essa lei invalidou os títulos das comunidades quilombolas que vinham de uma gama de origens, como doação ou herança familiar, terras realizadas

⁵ “Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica” (fala de Milton Santos no documentário *Encontro com Milton Santos, ou O mundo global visto do lado de cá* [2006], de Silvio Tendler.).

a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como cana-de-açúcar e algodão, e até compra de terreno pelo próprio sujeito, bem como terras que foram conquistadas pelos negros por prestação de serviços de guerra. A falta de documentos reconhecidos legalmente fez com que muitos quilombolas fossem expulsos de suas terras. Nesse contexto há também as terras de preto, terras de santo ou terras santíssimas, que, segundo o Programa Brasil Quilombola, indicam uma territorialidade derivada da propriedade detida em mãos de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados por negros a senhores de escravos. Tais escravos eram sacerdotes de cultos religiosos afro-brasileiros (Treccani, 2006).

Na atualidade, o quilombo significa, para a sociedade brasileira, um direito a ser reconhecido aos seus afrodescendentes, e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura-se então uma espécie de demanda, ou nova pauta, na política nacional, e, com base na Constituição de 1988, que transforma o quilombo em uma categoria de autodefinição, voltada para reparar danos e acessar direitos (Almeida, 2002). Partindo dessa premissa, o quilombo como fenômeno histórico se constitui como parte mais ampla de estratégias de sobrevivência e resistência ao sistema escravocrata e se manifestou em todo o território nacional durante o período colonial e imperial. Agendando formas de sobrevivência, que iam além do isolamento antrópico e geográfico, não raros foram os casos de quilombos que mantinham contatos comerciais com as sociedades ao seu entorno, inclusive com outros escravizados (Simoni *et al.*, 2018). Assim, quilombos e quilombolas, como sujeitos históricos, foram interpretados pelos pesquisadores ao longo do século XX como expressão singular da luta do povo negro pela liberdade. A partir da segunda metade do século XX, novas pesquisas foram desenvolvidas, porém, enfocando as diferentes formas de resistência dos escravizados, suas percepções e filosofias de vida, isso porque as histórias começaram a ser reescritas por descendentes dos protagonistas daquele período (Simoni *et al.*, 2018). E é nesse contexto que entra minha história de vida enquanto quilombola. Minha comunidade, assim como tantas outras, é composta por remanescentes de escravizados que adentraram os sertões goianos para trabalhar em uma das inúmeras sesmarias fundada no período da corrida do ouro em Goiás e Mato Grosso. Aproximadamente no século XVIII, herdaram as terras de seus senhores após a morte deles, sendo que não deixaram herdeiros. Essas terras são da grande fazenda Água Limpa,⁶ de mais de mil hectares, que ficaram sob posse dos ex-escravizados. Durante anos outros negros foram chegando e fazendo morada, até a chegada dos primeiros grileiros, dizendo ser parentes dos ex-donos. Os negros, mesmo cultivando a terra sem documentação e com base na Lei de Terras, foram encurralados em pequenas veredas. Durante as disputas, alguns foram assassinados, outros, amedrontados, migraram para a cidade. Os quilombos e quilombolas ainda são violentamente oprimidos pelo sistema governamental, por representarem uma ameaça aos grandes latifúndios. As demandas dos quilombos atuais ainda perpassam pela falta de documentação de suas terras, embora ocupadas há séculos, pela falta de condições de se manter nas terras derivadas do “sitiamento” desses grupos, quase sempre cercados por grandes produtores. Falta o básico na maioria das comunidades — na minha, o principal problema é a falta de água potável. Durante as invasões feitas pelos chegantes nas regiões, eles se localizaram nas poucas áreas onde há nascentes. A partir dali expulsaram as famílias e represaram os córregos; por vezes envenenavam as nascentes com agrotóxicos. Os quilombolas se viam obrigados a migrar para as regiões onde a terra era seca e repletas de pedras, dificultando o plantio. A pouca água dificultava a criação de pequenos animais. Assim, famílias como a minha eram convidadas a migrar para a cidade, onde enfrentavam uma outra forma de perseguição e violências, a exemplo do trabalho servil e doméstico: a exploração de crianças, a falta de oportunidades e o racismo estrutural presente em todos os espaços sociais, como nas escolas. Desse modo, minha infância doméstica nos casarões de Goiás e a falta

⁶ O quilombo Água Limpa, em Faina/GO, foi certificado, em 2020, como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

do básico para uma vida confortável me fez, de certa forma, aquilombar (cito aqui Abdias Nascimento),⁷ sempre na busca por espaços de vocalização para essas micro-histórias que ainda não foram contadas, acreditando na coletividade e me juntando a quem acredita nas mesmas ideias. Nesse processo, e na busca por essa conquista, me fiz também arqueóloga e vejo na arqueologia uma das ferramentas que acredito serem necessárias nesse processo de construção dessa nova história na qual a margem está presente no corpo dos grupos marginalizados historicamente (Kilomba, 2019).

E, por falar em arqueologia, vocês já pararam para pensar o que significa antirracismo em arqueologia? Início essa reflexão com essa citação de Frantz Fanon (2008, p. 25):

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais. Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz parte da minha vida. Faz tanto tempo... Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina. E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo.

Trago essa citação porque acho importante destacar as leituras e autores que permeiam minha existência e militância, não apenas na luta pela implementação de um fazer arqueológico antirracista, mas por acreditar que a ciência é capaz de dialogar com os saberes tradicionais, aliás, tenho certeza de que nossa ciência moderna vem deles. Porém, a nossa necessidade de separar o intelecto do vivenciar dos saberes cotidianos, e sobretudo de racionalizar, não nos permite perceber que as ciências com as quais dialogamos são fruto de reflexões de intelectuais que ampliaram seus olhares e escritas a partir dos holismos; e daqui ressignificaram as narrativas em forma de conceitos epistemológicos. E muitos deles seguem permeados de inverdades e servem para validar posturas errôneas, consolidando situações de opressão e segregações, sejam elas de raça, gênero ou religião. Por isso essa citação de Fanon me atravessa: quem contou nossa história? Quem conta? Quantos arqueólogos negros temos atuando em pesquisas sobre nossos ancestrais? Precisamos escrever nossa história a partir do olhar dos protagonistas dessa história no Brasil. Intelectuais negros somam aproximadamente 4% entre homens e mulheres; na arqueologia esse número é ainda menor.

Trago esses questionamentos apenas como premissa do que para mim significa antirracismo na arqueologia, nas ciências humanas, considerando que atuo em três delas. Sigo minha reflexão com essa citação de Grada Kilomba (2019, p. 41):

O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a(o) colonizadora(or) terá de ouvir. Seria forçada(o) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da(o) "Outro(a)". Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredo. Eu gosto muito deste dito "mantido em silêncio como segredo". Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

⁷ Recebemos, dos nossos ancestrais, a herança dos quilombos africanos, e deixaremos para os nossos descendentes a criação positiva do quilombismo. É esta a nossa celebração (Nascimento, 2002a, 2000b).

Segundo o pensamento de Kilomba (2019), precisamos refletir sobre o “silêncio” e, a partir dessas reflexões, reescrever nossas histórias. Esse é o papel social das ciências humanas, como a arqueologia, e de seus pesquisadores. Para isso devemos buscar a compreensão de conceitos como os citados acima, enquanto fomentadores do racismo estrutural no qual está sedimentada nossa sociedade, e claro, a arqueologia, que até então ainda apresenta uma leitura “rasa” sobre as participações e contribuições do negro no processo diaspórico do Brasil, por vezes ainda reproduzindo o discurso do colonizador. Contribuindo assim para a fomentação de uma história negra contada a partir das “dores” causadas pela escravização, é possível fazer outras leituras mesmo a partir dos pelourinhos e de tantos outros instrumentos/locais de tortura utilizados para “disciplinar” os escravizados. Onde encontro instrumentos de tortura eu conto histórias de resistências faladas, cantadas, entoadas. Onde eu vejo instrumentos de açoites eu vejo também cumplicidade/estratégias de resistência no cuidado e na luta por sobrevivência, sempre com o foco na “liberdade” plena, não apenas de suas epistemologias e cosmovisões de mundo, porque essas nunca foram escravizadas. Parafraseio a dra. Núbia Regina Moreira, diretora do Observatório de Mulheres Negras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com um pouquinho de mim. Em 29 de março de 2021 participei, como avaliadora, da banca de doutorado em Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a convite da hoje dra. Irislane Moraes. Sua tese, *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense*, veio ao meu encontro enquanto pesquisadora e arqueóloga e me atravessou enquanto quilombola por trazer, aos seus “campos”, a necessidade de uma perspectiva afrocentrada. A autora trazia os saberes dos grupos quilombola da região Aproaga/PA, Amazônia, e, no decorrer de sua pesquisa, ela dialogava com diversas epistemologias que, a meu ver, atravessam e completam um saber fazer arqueológico, sempre tendo como premissa os saberes da comunidade. Uma arqueologia comunitária, como ela diz em alguns momentos ao descrever o resgate arqueológico nos lugares de memórias da comunidade, sempre tendo os quilombolas como parceiros. Eu me vi representada nas referências afrocentradas, nos argumentos e nas novas perspectivas que ela trazia porque eu já as vivenciava, mas, nesses momentos, o meu ser quilombola só via a necessidade de me aquilombar aos inúmeros grupos que “investiguei” sempre por razões de trabalho. Essa leitura me despertou para uma afroperspectividade, uma noção ética cunhada nos trabalhos do filósofo Renato Nogueira (2013, p. 147), que resumidamente pode ser entendida como “o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas”. Essa afroperspectividade descrita por Nogueira é, para mim, o caminho para a construção de uma arqueologia realmente antirracista.

Em suma, considero que a perspectiva centrada no continente africano — como proposto e vivenciado pelos autores acima — se trata de uma possibilidade estratégica e responde à demanda legítima de nos desvencilharmos da hegemônica epistemologia eurocêntrica, e, no caso particular dessa experiência de pesquisa etnográfica com os povos tradicionais, representa uma busca mais coerente para com o contexto das comunidades quilombolas.

Por fim, caminho para minha última reflexão neste artigo: Afinal, qual é o papel da arqueologia nesse processo de reescrita da história dos quilombos na diáspora?

Quero partir do “encantamento” presente nas epistemológicas negras. Ao analisarmos os processos diaspóricos em terras brasileiras perceberemos muitas guerras, dores, diásporas, contudo sempre houve e haverá (re)existência. A vida é para sempre e quem cultua a ancestralidade sabe por que e por quem permanece vivo, e isso é chamado por Ribeiro (1996)⁸ e Machado (2019) de encantamento ou filosofia ancestral da integralidade, filosofia que pode ser percebida como uma forma plena dessa resistência e refazimentos múltiplos presentes nos povos e nas comunidades afrodiaspóricas. Essas comunidades são a salvaguarda dessas cosmovisões originárias, salvaguarda arduamente garantida por

⁸ Para saber mais, ler *Alma africana* (1996) e *O corpo na filosofia iorubá* (2021), de Ronilda Iyakemi Ribeiro.

nossos ancestrais e mais velhos, entre tempos e espaços, cosmovisões vivenciadas por nós coletivamente. Aqui falo também de mim, dos saberes repassados por minha bisavó, parteira, raizeira, rezadeira contadora de histórias.

Estas cosmopercepções que possibilitam o encantamento da existência, ou seja, a manifestação da vida de forma mais leve e alegre, apesar de tudo, é o que nos move e pode ser chamada também de pulsão de vida e sua manifestação e a alegria, expressa nos viveres, cantares, saberes. Em suas pesquisas inspiradas pela filosofia africana, ao abordar a noção do encantamento, a pesquisadora Adilbênia Machado (2020, p. 3-4) afirma que

o encantamento é, pois, uma política de sentidos, implicação que leva a produções epistêmicas, ações inclusivas, currículos reflexivos descolonizados e plurais, potencializando nosso pertencimento. O desencantamento permeia continuamente, pois somos seres de sentidos e sentimentos, seres em movimento, e esse desencantamento nos leva a reflexões críticas sobre nossas ações e outras percepções dos espaços onde vivemos. Assim, o encantamento caracteriza-se por ser a estética do viver bem, das experiências que tecem o bem viver, ser em movimento, em comunidade, no coletivo, em uma relação íntima com nossa ancestralidade, nosso pertencimento, nossa espiritualidade.

As epistemologias negras nos auxiliam/convidam a afinar o nosso olhar para a reconstrução da arqueologia sob a perspectiva do encantamento das reflexões oriundas do conceito de resistência e felicidade dos povos africanos.

Parafraseio a dra. Núbia Moreira que, ao escrever sobre mulheres negras em movimento no Brasil, nos alerta para as belezas e os encantamentos que essas histórias trazem: mulheres que desafiam um período e uma sociedade através de suas manifestações de alegria e contentamento. Quando contamos nossa história apenas a partir da dor que nos foi proporcionada estamos comprando o discurso do colonizador. Nosso encantamento transborda essas dores e foi essa a nossa principal herança das que vieram antes de nós, e é a partir desse bem viver que estavas reescrevendo nossas histórias, dessa vez escrita por nós mesmas.

O CONHECIMENTO NEGRO E INDÍGENA COMO INSTRUMENTO/AUXÍLIO PARA AS INTERPRETAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Início essa reflexão com as palavras integralidade e encantamento presentes no tópico acima e confesso que a visão de integralidade e encantamento, presente tanto no conhecimento indígena quanto no negro africano e afrodiáspórico, pode ajudar nas interpretações arqueológicas de qualquer grupo humano. Podemos partir de uma cosmovisão integrada na qual o ser humano, o universo e a natureza estão interligados, da pluralidade de cada grupo, do respeito e da aceitação dos outros enquanto seres diferentes, mas iguais em direitos, e, nesses seres, cabem todas as formas de vida do planeta. Com essas premissas é possível ampliar as interpretações e a partir delas se faz uma arqueologia que inclui todos os olhares pensares saberes e fazeres (Ribeiro, 1996). Partindo dessa perspectiva, devemos pensar como podem os arqueólogos, as sociedades arqueológicas e as organizações profissionais contribuir na luta por justiça social e reparação histórica das comunidades tradicionais. Considero que o papel social de qualquer ciência e organização deveria ser a promoção de reflexões que proporcionem mudanças sociais, políticas, econômicas e comportamentais, e não é diferente com a arqueologia. Estamos longe de uma arqueologia afrocentrada, porém muito mais perto do que antes. Acredito que a arqueologia pública traz, em suas premissas, esse “recado”, também chamada por Engmann (2019) e Moraes (2021) de autoarqueologia:

Na autoarqueologia, a mesma pessoa ocupa as posições de sujeito e de pesquisador, praticante e descendente, ao mesmo tempo, e põe em primeiro plano o self. Como tal,

as sensibilidades autoarqueológicas escavam várias camadas, a saber: a política de produção de conhecimento, tradições historiográficas, investigação histórica, realidades coloniais e legados pós-coloniais. Meu uso do termo se inspira em modos de prática frequentemente chamados de arqueologia pública, comunitária e indígena, bem como de autoetnografia. Na autoetnografia, um pesquisador explora reflexivamente experiências pessoais a fim de compreender significados sociais, culturais e políticos mais amplos. A autoarqueologia também faz isso, mas opera em um contexto especificamente arqueológico. Representa um processo e produto autoconsciente e reflexivo, que reconhece explicitamente os descendentes diretos de um patrimônio como produtores de conhecimento, ao mesmo tempo em que destaca as muitas narrativas e contranarrativas intrincadas e contingentes que cercam a produção de conhecimento. É uma prática patrimonial para, com e por comunidades descendentes diretas, e preocupa-se com o acesso ao patrimônio, os questionamentos e o conhecimento produzido, bem como a forma como é preservado, conservado e administrado. Em suma, eu uso “autoarqueologia” no Castelo de Christiansborg como uma tentativa de descolonizar as conversas sobre o patrimônio arqueológico (Engmann, 2019, p. 205).

Ainda, tratando da arqueologia, acredito que uma forma seria criar espaços de escuta e vocalização para que os grupos historicamente marginalizados tragam suas demandas e percepções de mundo. Compreendam que, quando digo espaços de escuta e vocalização, chamo nossa reflexão sobre quem anda contando a nossa história. Quem e sobretudo como? Não precisamos de interlocutores, só precisamos ser escutados: essas histórias contadas sobre nós por vezes promovem o silenciamento de nossa história real, nossa percepção de mundo. Renomeiam nossos deuses, demonizam nossas religiões. Aqui faço referência ao trabalho da historiadora Patrícia Sampaio em *O fim do silêncio*, uma coletânea de trabalhos organizado por ela e que busca chamar a atenção para essa questão de ausências que são reveladoras de processos mais profundos de silenciamento. Nessa obra ela faz referência a algumas pesquisas feitas sobre nosso povo: no referido livro há artigos voltados ao reconhecimento da necessidade de pesquisas acadêmicas mais sistemáticas sobre a história da presença negra — no caso da obra, na região amazônica. Porém essa afirmação cabe em todo contexto brasileiro e em geral na América Latina.

Nesse contexto, como podemos empregar a arqueologia como um meio eficaz de apoiar o antirracismo? Eu acredito que devemos dialogar sobre a importância/necessidade de uma construção política representativa que seja capaz de atentar-se às demandas da nossas comunidades negras quilombolas em decorrência das diversas violências raciais que atravessam as nossas vivências e subjetividades no âmbito da arqueologia, tanto no processo de formação acadêmica (graduação/pós-graduação) quanto na atuação profissional e na relação com as comunidades. Em termos práticos, cabe a nós, arqueólogos, criar e fortalecer redes/coletivos que se ocupem em visibilizar as diversas situações de racismo vivenciadas por estudantes negros e afrodiáspóricos no campo da arqueologia; denunciar situações de racismo em campo; proporcionar a visibilização de arqueólogos negros, mapeando suas escritas e trazendo para congressos pesquisas de arqueólogos negros afrodiáspóricos; e, sobretudo, manter um diálogo e uma prática coletiva com grupos que se ocupem e busquem o mesmo objetivo: a implementação de uma arqueologia que agregue todas as formas de saberes e viveres, com suas materialidades e imaterialidades. Cito aqui um dos grupos em que atuo e que muito contribui ao pensar e fazer a arqueologia que me proponho: a Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO),⁹ que me ajudou a pensar a arqueologia e o fazer arqueológico também como uma ação afroafirmativa.

⁹ Carta-manifesto “Ações afirmativas na arqueologia já” (4 de maio de 2021)

“Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO) surge e atua enquanto uma articulação de arqueólogues negres e afrodiáspóriques, inicialmente consolidada no 2018 durante a SAB-Norte, realizada em Manaus/AM. Afinal,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fabio. *Terra de quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 7, p. 107-122, jul. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.
- ENCONTRO com Milton Santos, ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Produção: Gustavo Gadelha, Tainá Ybarra e Thiago Sá Earp. Produção executiva: Ana Rosa Tendler. Roteiro: Cláudio Bojunga. Narração: Beth Goulart, Fernanda Montenegro, Matheus Nachtergaele, Milton Gonçalves e Osmar Prado. Elenco: Milton Santos, Boubacar Boris Diop, Carlos Pronzato, Ailton Krenak, Adetokunbo Borishade, Adirley Queiroz, Eduardo Galeano, Aline Sasahara, José Saramago, Joseph Stiglitz e Celso Amorim. Brasil: [s. n.], 2006. (89 min), color.
- ENGMANN, Rachel Ama Asaa. Autoarchaeology at Christiansborg Castle (Ghana): Decolonizing Knowledge, Pedagogy, and Practice. *Journal of Community Archaeology and Heritage*, v. 6, n. 3, p. 204-219, 2019.
- EPPERSON, Terrence. Critical Race Theory and the Archaeology of the African Diaspora. *Historical Archaeology*, v. 38, p. 101-108, 2004. DOI: 10.1007/BF03376636, 2004.
- EVARISTO, Conceição. Olhos d’água: tempo de nos aquilombar. *O Globo*, 31 dez. 2019.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

temos compreendido a importância e a necessidade de uma construção política representativa que seja capaz de atender-se às demandas das nossas comunidades negre-quilombolas em decorrência das diversas violências raciais que atravessam as nossas vivências e subjetividades no âmbito da arqueologia, seja no processo de formação acadêmica (graduação/pós-graduação) quanto na atuação profissional e relação com as comunidades. No que concerne às nossas formas de atuação, a NEGRARQUEO tem buscado realizar articulações políticas e fomentar a organização e o reconhecimento de arqueólogos e estudantes afrodiáspóricos. Entre essas ações vale resgatar a apresentação deste coletivo na abertura da VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes MAE/USP (2019); a parceria com a Society of Black Archaeologists materializada na live *Espaços arqueológicos fugitivos* (2021) e na Black in Archaeology Week (2021), sendo que o objetivo deste último foi celebrar a contribuição e os projetos desenvolvidos por pesquisadores negres na arqueologia no âmbito nacional e internacional. Ademais, a construção da sessão temática intitulada de Arqueologia Negra: Protagonismo, Epistemologias e Diálogos Interdisciplinares sobre Memória, Patrimônio e Ancestralidade, no XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE), programado para ocorrer de 23 a 26 de maio de 2021. O racismo no Brasil é uma realidade que permeia os mais diversificados contextos, configurando-se de modo estrutural e institucional, cujas consequências exigem, em sua urgência, ações capazes de debater, denunciar, combater, criminalizar e conscientizar sobre suas violências. Diante disso, a Rede de Arqueologia Negra reconhece a importância de uma cartilha antirracista para a arqueologia e o seu caráter simbólico, visto a realização do convite para a construção conjunta entre a instituição proponente e este coletivo, e compreende o potencial pedagógico dessa produção como capaz de alertar e fomentar reflexões críticas acerca das posturas de les arqueólogos não negres (pode evitar o gênero neutro, sendo o inglês é sempre neutro) e suas contribuições” (Texto coletivo construído pelo coletivo Negrarqueo, maio 2021).

- FUNARI, Pedro P. A arqueologia de Palmares. *In*: REIS, João; GOMES, Flávio (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GOMES, Flávio S.; REIS, J. J. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio S.; REIS, J. J. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (org.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.
- MACHADO, Adilbênia. ODUS: filosofia africana para uma metodologia afrorreferenciada. *Voluntas*, v. 10, p. 3-25, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952>. Acesso em: 21 set. 2020.
- MOORE, Carlos. Abdias do Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global. *In*: NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: CEAO; Edufba, 2002.
- MORAES, Irislane. Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. *Ethnos Brasil*, ano 1, n. 1, p.11-20, mar. 2001a.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. *In*: MOURA, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001b.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: CEAO; Edufba, 2002a.
- NASCIMENTO, Abdias do. O negro revoltado. *In*: NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. 2. ed. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares; OR Editora, 2002b.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *A Última Hora*, 25 jul. 1976.
- NOGUEIRA, Renato. A ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amenemope. *Ensaio Filosóficos*, v. 8, dez. 2013. p. 139-155.
- NOGUEIRA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p. 147-150, nov. 2011-fev. 2012.

- OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. 2005. 353 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil: os iorubás*. São Paulo: Oduduwa, 1996.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *O corpo na filosofia iorubá*. [S. l.: s. n.], 2021.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *Congada da Vila João Vaz em Goiânia/GO: memória e tradição*. 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3835>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva; SOUZA, Robson M. O.; FERREIRA, Andre S.; STUMPF, Paula G. *Nos trilhos da Educação Patrimonial: Programa de Prevenção do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste*. Organização Estação Cultura. [S. l.]: Fundação Aroeira Organizadores, 2018. ISBN 978.85.5760.002-7.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237-280, out. 2002.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça; Programa Raízes, 2006.